



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 23.717/CS

HABEAS CORPUS Nº 130.642/RJ

IMPETRANTE: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO (A/S)
COATOR: PRESIDENTE DA CPI DO SENADO FEDERAL – CPI MÁFIA DAS PRÓTESES
PACIENTE: MIGUEL ISKIN
RELATOR: **MINISTRO MARCO AURÉLIO**

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator

1. Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Miguel Iskin** para que seja assegurado ao paciente, convocado a comparecer à CPI das Próteses do Senado Federal, *“i) não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, ii) permanecer em silêncio ao longo de todo o depoimento e iii) ser assistido por seu advogado, com o qual poderá se comunicar pessoal e reservadamente, e a quem deverá se garantir todas as prerrogativas profissionais previstas em lei, inclusive a de “intervir verbalmente, quando se revelar necessário”.*
2. A liminar foi deferida nos termos do pedido: *“Então, deve-se observar a impossibilidade de vir a subscrever termo de compromisso, como se testemunha fosse, cabendo assegurar-lhe o direito ao silêncio, tal como previsto na Constituição Federal, e à assistência por advogado”.*
3. Segundo consta do *site* do Senado Federal, a oitiva do paciente

ocorreu no dia 6 de outubro último - 11:50 às 12:20 horas - tendo o Presidente da Comissão observado integralmente os termos da liminar deferida.

4. Antes o exposto, manifesta-se o Ministério Público Federal pela extinção do processo sem julgamento do mérito, em razão da perda superveniente do seu objeto.

Brasília, 9 de outubro de 2015

CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES
Subprocuradora-Geral da República